

ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA

Ata nº. 021/07.

1
2
3
4
5 Aos vinte dois dias do mês de outubro de dois mil e sete, às dezoito horas e vinte sete minutos,
6 pelos fundamentos constantes das inclusas notas taquigráficas que integram a presente Ata,
7 reuniram-se para Assembléia Ordinária na sede do Conselho Municipal de Assistência Social do
8 Município de Porto Alegre, sito Rua Cel. Genuíno, nº 421, 3º andar – Esplanada dos Açores, sob
9 coordenação da Presidente Maria Lopes Rodrigues – **CORAS Norte**, e na presença dos
10 **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Eliane Gassen – **USBEE**; Eunice Zimmermann –
11 **Instituto Leonardo Murialdo**; Arnaldo Batista S. dos Santos – **Sociedade Educação e Caridade**
12 – **Instituto São Benedito**; Denise Araci Leonhardt e Cristina P. Palavro – **Associação Cristã**
13 **Feminina**; Maria Bernadette M. de Medeiros – **CRESS**; Milda S. Pinent – **UAMPA**; Iara de Fátima
14 Bueno da Rosa e Miriam Dabdab D. Kolinger – **CORAS Centro**; Lourdes Maria Pretto – **CORAS**
15 **Cristal**; Sérgio L. Cupini – **CORAS Eixo Baltazar**; Irilde B. da Silva – **CORAS Extremo Sul**;
16 Heloísa Helena L. Vinõlo – **CORAS Glória**; Lurdes Vargas de Souza – **CORAS**
17 **Ilhas/Humaitá/Navegantes**; Carlos B. da Silva – **CORAS Leste**; Francisco T. de Lima – **CORAS**
18 **Lomba do Pinheiro**; Rose C. Canabarro – **CORAS Nordeste**; Maria Lopes Rodrigues – **CORAS**
19 **Norte**. **CONSELHEIROS DO GOVERNO**: Luziane da R. Garcia – **DMAE**; Cláudia Ilha de Lima
20 e Sandra Mara Nunes – **FASC**; (*Aguardando indicação*) – **GPO**; Juliano Vasconcelos – **SEACIS**;
21 Ana Cristina Brum da Silva e Cristina Silveira de Faria – **SMED**; Carolina F. Kreling – **SMGAE**;
22 Sara M. de Menezes – **SMGL**; Manolo Cachafeiro – **SMIC**; Paulo Roberto Pontes – **SMDHSU**;
23 Greelda L. S. Marques – **SMJ**. **FALTAS JUSTIFICADAS**: Maria de Lurdes dos Santos –
24 **CORAS Centro-Sul**; Marister da Cunha John – **CORAS Noroeste**; Leila Maria P. Azevedo e
25 Glademira M. C. Barbosa – **CORAS Restinga**; Andréia Paim Leal – **DMLU**.
26 **AUSENTES/SOCIEDADE CIVIL**: Josiane S. Cardoso – **CORAS Cruzeiro**; Olinda Maria
27 Roberti – **CORAS Noroeste**; Paulo Francisco da Silva e Nelcinda A. da Silva – **CORAS Partenon**;
28 Gleci Godoy Alvarenga – **CORAS Sul**. **AUSENTES/GOVERNO**: Carmem Lopes, Adalberto
29 Gomes F. Júnior, Cristina N. de Moraes Torres e José Valdir – **Câmara Municipal**; Mari Celeste
30 C. Santos e Iara Severo de Assis – **DEM HAB**; Jairo A. dos Santos – **DMLU**; Alfa Adélia S. Buono
31 e Cláudia Maria Selau S. de Souza – **SMA**; Eloísa Helena C. Strehlau e Camilo de Lélis Furlin –
32 **SMC**; Mara Rosane M. Prado e Ana Eleonora S. Assis – **SME**; João Inácio C. dos Santos e Elenice
33 de Fátima de Mello Stanzinski – **SMF**; Carlos Fernando S. Filho e Fernando Strehlau – **SMGL**;
34 Adriana M. Maciel e Miriam Cardon Prikladnicki – **SMS**. **Pauta: 1. Votação das Atas 018, 019 e**
35 **020/2007; 2. Resoluções ad referendum (091 a 101 e 103/07); 3. Projeto Agente Jovem –**
36 **resultado da seleção de Entidades; 4. Prestação de Contas de 2006; 5. reprogramação de**
37 **saldos de 2005/FNAS; 6. Processos: manutenção de inscrição; inscrição nova e cancelamento**
38 **de inscrição; 7. Projeto de capacitação de Educadores de SASE e Trabalho Educativo da Rede**
39 **Própria e Conveniada da FASC (Ofício nº 526/07-FASC); 8. Projeto do Abrigo para Mulheres**
40 **em Situação de Risco Social e Aquisição de materiais para o Reordenamento da Rede de**
41 **Abrigagem Própria de Crianças e Adolescentes. Sra. Presidente (Maria Lopes Rodrigues):**
42 Boa noite a todos, sejam todos bem-vindos a nossa Plenária. Nós temos uma pauta bem extensa, não
43 sei se vamos conseguir cumprir. Nós recebemos o ofício da USBEE, que o Arnaldo vai ler para nós.
44 **Sr. Arnaldo Batista S. dos Santos:** *Ilustríssima Sra. Presidente do Conselho Municipal de*
45 *Assistência Social – CMAS. Representando a USBEE no CMAS. A União Sul-Brasileira de*
46 *Educação e Ensino – USBEE, enquanto Entidade da sociedade civil, vem através deste enviar o*
47 *nome do Conselheiro Titular que passa a ser a Sra. Eliane Gassen e o Conselheiro Suplente, o*
48 *Irmão Claudinei Galardo. Sra. Presidente:* Está aí o irmão? Seja bem-vindo, então. Tem o informe

49 de um seminário. **Sr. Arnaldo Batista S. dos Santos:** Seminário de Erradicação do Trabalho
50 Infantil, dia 24-10, na Câmara Municipal de Porto Alegre, com início às 18h30min, a abertura, com
51 o Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, a Vereadora Maria Celeste; às 18h45min o
52 palestrante Dr. Eloir Dirceu Kurtz, Procurador do Trabalho do Ministério Público; às 19h25min a
53 segunda palestra, com a Maria do Carmo de Souza, Assessora da SMED, Coordenadora do Projeto
54 Abrindo os Espaços da Cidade por uma Cultura de Paz; e representante Governamental como vice-
55 Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social. Às 20h25min a terceira palestrante,
56 Jaqueline G. Elver, Médica do Trabalho, Pediatra, integrante da Secretaria Municipal de Saúde,
57 também do Centro de Referência de Saúde do Trabalhador de Porto Alegre, integrante da
58 COMPETI; às 20h45min o quarto palestrante, Denise Jaques, Assistente Social da FASC, do Centro
59 de Referência FASC de Porto Alegre; às 21h25min espaço aberto para perguntas e 21h45min o
60 fechamento com o coordenador da Mesa, a Sra. Fátima Cruz, integrante do Conselho Municipal de
61 Direitos da Criança e Adolescente. **Sra. Presidente:** Alguém tem algum informe para estar
62 socializando? **Sra. Sandra Mara Nunes:** Eu tenho um informe a respeito do RAP. Sexta-feira, dia
63 19, encerrou o prazo de inscrição de Entidades para o edital de seleção do RAP. Seis Entidades
64 retiraram o edital e até sexta-feira nenhuma Entidade apresentou projeto. Então, a comissão vai
65 encaminhar a prorrogação do edital por mais um período. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Eu
66 acho que tinha que consultar as Entidades que retiraram o edital de porquê não houve retorno, qual é
67 a causa, para ver se precisa alterar alguma coisa. **Sra. Sandra Mara Nunes:** Isso pode estar sendo
68 feito, mas de qualquer forma tem que sair novo edital para estar abrindo novo prazo. **Sra. Iara de**
69 **Fátima Bueno da Rosa:** Eu acredito que seja o valor de repasse para a Entidade para pagamento
70 das pessoas que vão dar as aulas. Eu quero acreditar que seja isso, que não seja o público. **Sra.**
71 **Presidente:** Mais algum informe? **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Eu tenho. O meu informe
72 é que estão ocorrendo na Cidade diversas pré-conferências de Direitos Humanos e começaram pelas
73 temáticas. No sábado, dia 20, foi a pré-conferência da temática de moradores de rua, foi na Casa de
74 Convivência coordenada pelo Ilê Mulher. Foi uma pré-conferência bastante prestigiada, tivemos
75 150 inscritos, a nossa Presidente também nos deu a honra da presença, também tivemos dois
76 representantes da Câmara de Vereadores, tivemos representante do Senador Paulo Paim. A nossa
77 conferencista foi a Helena Bonumá, também estava a coordenadora de Direitos Humanos, que é
78 uma pessoa extremamente engajada. Eu até estou usando este espaço para colocar, porque nos
79 chama atenção, a Brizabel também esteve lá, até porque muitos dos questionamentos foram em
80 relação ao serviço, a questão de direitos humanos mesmo. E o que chama atenção, não é na primeira
81 pré-conferência de direitos humanos, a falta do Secretário de Direitos Humanos, que não tem
82 comparecido a nenhuma das pré-conferências, desprestigiando. Quando tu estás falando de uma
83 temática séria como a dos Direitos Humanos, ele tem que ir nos espaços ouvir as pessoas falando,
84 ele não pode só ouvir recado. Então, essa foi uma das grandes cobranças que houve na nossa pré-
85 conferência, e já houve na das mulheres de que ele só manda representante. Aliás, ele não esteve
86 nem no lançamento oficial da conferência. É importante este registro, e mais, foi muito
87 surpreendente a posição dos moradores de rua no sentido de reclamação em termos de Direitos
88 Humanos mesmo, reclamação em cima da violência das abordagens da Brigada Militar. Também do
89 DMLU, que, na realidade, faz um trabalho junto com a Brigada Militar, e com a SMAM na questão
90 de higienização das praças. É importante a gente começar a pegar esse foco, nós temos que pensar
91 em uma política para morador de rua que não seja só de exclusão. Então, foi bem boa a pré-
92 conferência. A conferência municipal vai ser no dia 30-11 e qualquer participante de alguma pré-
93 conferência já é delegado direto para a conferência municipal. **Sra. Presidente:** Eu vou pedir para o
94 Paulo repassar para todos os Conselheiros o cronograma das pré-conferências. Nós já temos
95 *quorum*. Nós vamos retirar da pauta a questão da prestação de contas, aliás, é uma proposta, porque
96 tinha que ter vindo vários dados que a gente solicitou para a FASC e não foram encaminhados. Não
97 sei, eu acho que não adianta a gente fazer a discussão sem ter os dados solicitados. Então, podemos

98 começar com a nossa pauta. Todos receberam a pauta e as atas? Então, vamos começar. Eu tenho
99 duas questões que depois vou pedir autorização para incluir na pauta. Então, tiramos um item, mas
100 vou propor acrescentarmos dois projetos. **1. Votação das Atas 018, 019 e 020/2007.** Vamos
101 começar pelas atas. Alguém tem algum adendo ou alguma correção a fazer em alguma das três atas?
102 **Sr. Manolo Cachafeiro:** Eu tenho questões, mas são mais para organizar o entendimento, alguns
103 números, como: “3, 4”, seria é “3/4”, que são 3 ou 4 anos. São coisas que não vão alterar
104 substancialmente, é só para um maior entendimento. **Sra. Presidente:** Todos concordam? **Sr.**
105 **Manolo Cachafeiro:** Eu tenho todas elas feitas, alteradas, a gente passa ela no final. **Sra.**
106 **Presidente:** Além dessa questão, alguém mais tem alguma questão? Essa questão é em relação às
107 três atas? **Sr. Manolo Cachafeiro:** Sim, a 18, a 19 e a 20. Outra coisa, sempre quando a gente ler
108 um ofício colocar em itálico. **Sra. Presidente:** Podemos encaminhar dessa forma? Alguma questão
109 a mais? Nada? Quem concorda que com essas correções que o Manolo está colocando nas atas, elas
110 sejam aprovadas, por favor, permaneçam como estão. Alguém discorda? Alguém se abstém? Então,
111 estão aprovadas as atas. **2. Resoluções ad referendum (091 a 101 e 103/07).** Nós temos várias
112 resoluções de *ad referendum*. Eu vou pedir para o Arnaldo ler, é da 91 até a 103. Se alguém tiver
113 alguma questão que queira só esclarecer, porque as resoluções de *ad referendum* não se discute
114 novamente, porque é só para referendar, porque elas já foram publicadas. **Sr. Arnaldo Batista S.**
115 **dos Santos:** *Resolução nº 091/07. O Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Alegre, no*
116 *uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 352/95, resolve: aprovar a*
117 *transferência dos recursos da demanda 0165, do Plano de Investimento do Orçamento*
118 *Participativo de 2005, no valor de R\$ 93.406,59, construção de espaço de custeio para o Programa*
119 *de SASE, Vila Cidade Baixa, Entidade Ilê Mulher, para a demanda 666/06, Casa de Acolhimento*
120 *para Mulheres em Vulnerabilidade Social. Implantação aprovada pela CORAS Centro em reunião*
121 *de 14-08-07. Resolução nº 092/07; resolve: suspender a inscrição no CMAS da Entidade*
122 *Associação Comunitária Belém Velho - ASCOBEV, bem como os repasses do convênio de 40 metas*
123 *de SASE, em função do não-cumprimento do prazo para a apreciação de documentos. A suspensão*
124 *se dará até que ocorra o encaminhamento dos documentos faltantes.* **Sra. Heloísa Helena L.**
125 **Vinõlo:** A Entidade fez eleição e ontem foi alterado o estatuto e foi enviado para o cartório. Tem
126 uma posição da CORAS de evitar a suspensão uma vez que foi feita a alteração para garantir o
127 atendimento das crianças. **Sra. Presidente:** Essa é uma outra questão. **Sr. Arnaldo Batista S. dos**
128 **Santos:** *Resolução nº 093/07; resolve: aprovar o Projeto Promoção da Alimentação Saudável na*
129 *Comunidade, apresentado pela FASC em atenção ao Edital MDS 12/07. Salientando que realmente*
130 *seja garantido o percentual de inclusão de famílias no Programa Bolsa Família de 29% a 40%,*
131 *com o acompanhamento das respectivas Comissões Regionais de Assistência Social – CORAS.*
132 *Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Alegre, 17-09-2007. Resolução nº 094/07;*
133 *resolve: aprovar o projeto apresentado pela FASC para a implantação de cozinha comunitária na*
134 *Vila Pinto, Centro Cultural James Kulitz. Conselho Municipal de Assistência Social de Porto*
135 *Alegre, 17-09-2007. Resolução nº 095/07; resolve: aprovar o convênio na Modalidade Idoso*
136 *Conviver, Ação Continuada, 14 metas, com a Entidade Clube de Mães da Vila União, Região*
137 *Norte, em substituição ao Clube de Idosos Cantinho da Amizade, que teve a inscrição cancelada em*
138 *20-07-2007. Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Alegre, 17-09-2007. Resolução nº*
139 *096/07; resolve: aprovar na Modalidade Idoso Conviver, Ação Continuada, 56 metas, com a*
140 *Entidade Creche Balão Mágico, em substituição a Casa da Criança Algodão Doce, que não teve*
141 *convênio renovado para 2007. Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Alegre, 17-09-*
142 *2007. Resolução nº 097/07; resolve: aprovar a seguinte demanda do Plano de Investimento do*
143 *Orçamento Participativo 2007, Região Leste, Demanda 1598. Aumento de metas para SASE para a*
144 *Sociedade Comunitária Herófilo de Azambuja. Conselho Municipal de Assistência Social de Porto*
145 *Alegre, 19-09-2007. Resolução nº 098/07; resolve: aprovar a inscrição no CMAS das Entidades*
146 *abaixo: Creche Cantinho da Criança Algodão Doce, Inscrição nº 530; Fundação Pensamento*

147 *Digital*, Inscrição nº 531. Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Alegre, 26-09-2007.
148 Resolução nº 099/07; resolve: cancelar as inscrições das seguintes Entidades no CMAS por não
149 atendimento ao disposto na Resolução nº 089/04: Associação Educacional Vinícius de Moraes;
150 Associação Júnior Achievement do Rio Grande do Sul; Centro Social O Samaritano; Clube de
151 Mães Crecheiras, de Origem da Vila Nossa Senhora de Fátima; Sociedade Beneficente Creche São
152 Pedro; Sociedade Beneficente Luz e Vida; Sociedade Tênis Educação e Participação Social.
153 Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Alegre, 04-10-2007. Resolução nº 100/07;
154 resolve: aprovar o Convênio Ação Continuada, atenção a Idoso Conviver, 25 metas com a
155 Entidade Centro Infantil Renascer da Esperança, Região Restinga, em substituição à Associação
156 Comunitária Barro Vermelho, que desistiu do convênio. Conselho Municipal de Assistência Social
157 de Porto Alegre, 04-10-2007. **Sra. Presidente:** Pessoal, aquela alteração de datas das eleições,
158 precisa ler tudo? Não? Ok. **Sr. Arnaldo Batista S. dos Santos:** Resolução nº 103/07, resolve:
159 acatar recurso apresentado pela Entidade Sociedade Beneficente Luz e Vida, tornando sem efeito o
160 cancelamento da inscrição no CMAS, conforme consta na Resolução nº 099/07. A Entidade terá o
161 prazo de 30 dias, a contar desta data, para fazer a adequação do Estatuto à Resolução nº 089/04.
162 Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Alegre, 16-10-2007. **Sra. Presidente:** Então,
163 não tem Resolução nº 102, é 101 e 103. Alguém é contra alguma resolução dessas? Alguém se
164 abstém? Não temos nenhuma posição contrária e nem abstenção. Portanto, estão aprovadas todas as
165 resoluções, ou seja, foram referendadas. O próximo ponto é o Agente Jovem, Sandra. **3. Projeto**
166 **Agente Jovem – resultado da seleção de Entidades.** **Sra. Sandra Mara Nunes:** Chegou aqui no
167 CMAS para conhecimento e deliberação as atas de seleção de Entidades para o Projeto Agente
168 Jovem. Então, foi nomeada uma comissão de seleção de projetos. Foi uma seleção pública para
169 elaboração do edital, para seleção de Entidades para conveniamento de contratação de técnico de
170 nível superior, com formação em psicologia, pedagogia ou serviço social, para desenvolver as
171 atividades referentes à atividade de instrutor do Programa Agente Jovem. A comissão foi composta
172 por um representante do CMDCA, o Conselheiro Gilmar Rosa, um representante do CMAS, o
173 Conselheiro Frei José Bernardi, duas servidoras da FASC, Júlia e Gelsa, e uma representante da
174 assessoria jurídica da FASC, a Advogada Rejane Duarte. Nas reuniões da comissão, e vieram
175 anexadas aqui as Atas 01, 02, 03 e 04, não se fez presente o representante do Conselho Municipal
176 de Assistência Social. Está colocado nas atas isso, o Frei não está presente, alguém tem alguma
177 informação sobre isso? **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Eu tenho a informação. A questão é a
178 seguinte; não foi uma e nem duas vezes nesta reunião nossa de Plenária que nós tivemos a
179 reclamação do Frei José em relação à chamada para a reunião. Não agendavam antes, chamavam em
180 cima da hora, quer dizer, ele dá aula, tem os seus compromissos. Tanto que no dia que ele se
181 colocou à disposição ficou combinado que seriam passadas as datas com antecedência para ele. Eu
182 acho muito estranho, Sandra, porque edital nenhum até hoje foi falado quem estava presente ou não.
183 Aqui nós só tratamos do resultado do edital. Agora, eu fico muito preocupada com essa questão,
184 porque eu, por exemplo, sempre participei e participo de comissão de edital e tem muita gente que
185 não vai, e a gente nunca usou esse tipo de coisa aqui. **Sra. Sandra Mara Nunes:** Eu só fiz o
186 registro do que está na ata e porque houve a ausência da representação do CMAS, é a primeira vez
187 que acontece um edital, uma comissão de seleção de projetos em que o CMAS não se faz presente.
188 É importante estar registrando. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** E eu estou registrando a
189 justificativa dele, porque temos que partir do seguinte princípio, as pessoas trabalham e têm horário.
190 **Sra. Sandra Mara Nunes:** Não tem nada por escrito em relação a isso, só está escrito a ausência.
191 Então, eu acho que deveria haver alguma manifestação. De qualquer forma eu gostaria de continuar
192 a falar. **Sra. Lurdes Vargas de Souza:** Eu gostaria de reforçar isso que a Iara falou, ele não teve
193 condições de participar, estava difícil de participar em função disso que a Iara falou. **Sra. Sandra**
194 **Mara Nunes:** Tudo bem, mas não houve nenhuma manifestação do Conselheiro. Eu estou tentando
195 ser imparcial. **Sra. Presidente:** Vamos resolver essa questão. O Frei sempre comunicou aqui, nós

196 sabíamos que ele não foi, justamente por isso, ele disse quando foi indicado que se fosse avisado
197 com antecedência não teria nenhum problema, tinha problema de tempo, mesmo assim esta Plenária
198 homologou o nome dele. Todas as reuniões que houve ele foi avisado com um dia de antecedência,
199 ou dois dias de antecedência. Teve um dia que, inclusive, ele estava em Pelotas quando avisaram
200 que teria reunião. Então, um pedido que fica, e a gente vai reiterar novamente, que as reuniões têm
201 que ser no mínimo avisadas com três dias de antecedência, porque os Conselheiros da sociedade
202 civil não são funcionários públicos, eles não estão à disposição para a hora que marcar a reunião
203 largar tudo e sair para participar. Então, a gente sabia, fica o registro que tem que ter prazo, não é de
204 um dia para o outro. **Sra. Cláudia Ilha:** Eu quero complementar já que surgiu essa questão. A
205 Gelsa me passou todos os e-mails encaminhados e um deles não foi assim tão em cima da hora. Eles
206 tentaram organizar os horários e não houve manifestação. **Sra. Presidente:** Ele sempre ligou para
207 cá, porque o entendimento dele é que quem delegou foi o Conselho, é ao Conselho que ele tinha que
208 se manifestar. Nós ficamos sabendo e não havia o que fazer dessa forma. Foi uma única vez que foi
209 avisado com três dias de antecedência. **Sr. Manolo Cachafeiro:** Eu acho que a gente não pode
210 pessoalizar, a questão é o Conselho, no Conselho há 43 Conselheiros. Se foi avisado com
211 antecedência e eu não posso ir tem como avisar ao Conselho. Então, tem que ter acertado que o
212 Conselho vai participar de tudo, mas desde que seja previamente avisado. **Sra. Sandra Mara**
213 **Nunes:** Só que o convite era feito direto ao Conselheiro. **Sr. Manolo Cachafeiro:** É só para a gente
214 não ficar nesse bate-bola. Eu acho que as coisas podem entrar para a Secretaria e com cópia para o
215 Conselheiro, porque é o Conselho que está lá. **Sra. Presidente:** Nós temos que pensar no seguinte:
216 se ele não podia também não tinha ninguém, porque na Plenária daquele dia ninguém mais se
217 prontificou a participar. Então, isso que tu trazes, Manolo, eu acho que está correto, ele avisou para
218 o CMAS, nós sabíamos que se não fosse avisado com antecedência ele não poderia, porque ele
219 avisou aqui. Então, isso serve para que nas próximas vezes outros Conselheiros se coloquem à
220 disposição. Sandra, pode continuar. **Sra. Sandra Mara Nunes:** Então, houve quatro reuniões e vou
221 ler o edital de resultado da seleção toda: *A Fundação de Assistência Social e Cidadania, no uso das*
222 *atribuições legais, torna público o resultado do julgamento dos projetos apresentados por*
223 *Entidades interessadas em desenvolver nos centros regionais e módulos próprios da Fundação de*
224 *Assistência Social o Programa Agente Jovem, mediante a disponibilização de instrutores para*
225 *realizar o atendimento à adolescentes entre 15 e 18 anos incompletos e em situação de*
226 *vulnerabilidade social, conforme previsto no Projeto Agente Jovem 2007, da Fundação de*
227 *Assistência Social e Cidadania. Entidade desclassificada por oferecer a realização do Projeto*
228 *Agente Jovem em suas dependências e não em locais definidos pela Fundação de Assistência Social*
229 *e Cidadania: Instituto Leonardo Murialdo (desclassificada). Entidades classificadas como*
230 *vencedoras: 1) AMORB – Associação Comunitária dos Moradores do Conjunto Residencial Rubem*
231 *Berta, assumindo a região norte e noroeste; 2) Associação Beneficente Amurt Amurtel, região sul,*
232 *centro-sul e região Lomba do Pinheiro e Partenon; 3) USBEE – União Sul-Brasileira de Educação*
233 *e Ensino, região Glória, Cruzeiro e Cristal, Centro, Ilhas/Humaitá e Leste. Porto Alegre, 27 de*
234 *agosto de 2007. Sra. Presidente:* Algum questionamento? **Sra. Rose C. Canabarro:** Não sei,
235 quanto a nordeste não é a AMORB? **Sra. Sandra Mara Nunes:** A Nordeste não está aqui. Está
236 AMORB região norte e noroeste é o que saiu no edital, no Diário Oficial. Eu posso confirmar aqui
237 na ata. *A AMORB será a única candidata para a região Eixo Baltazar, Nordeste.* Então, não é
238 noroeste, é nordeste. No edital está noroeste. Então, já tem um problema no edital. **Sra. Presidente:**
239 Isso tem que ficar esclarecido, porque no edital diz uma coisa e na ata diz outra. **Sra. Sandra Mara**
240 **Nunes:** Tem problema de informação, porque na Ata nº 03 está: *Apresentar um projeto as seguintes*
241 *Entidades: AMORB para as regiões norte e noroeste.* Eu não tenho como esclarecer isso, vamos ter
242 que levar para a FASC e trazer na próxima Plenária. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Tem a
243 Restinga também e não entrou, está na ata. O que está complicado aqui é o que foi combinado. Por
244 exemplo, as Entidades se inscreveram para determinadas regiões, não cobriram todas, aí as

245 Entidades foram chamadas, aí houve uma combinação. O que saiu ficou ruim. **Sra. Presidente:** A
246 região está trocada, tem que ver se é nordeste. **Sra. Rose C. Canabarro:** A gerente do centro
247 regional disse que era nordeste. **Sra. Presidente:** Tem que ter esclarecimento, fica prejudicado, está
248 confuso. **Sra. Sandra Mara Nunes:** Então, na próxima Plenária a gente traz. **Sra. Iara de Fátima**
249 **Bueno da Rosa:** Tem que oficial o resultado correto da coisa, com o que cada Entidade ficou e se
250 ficou alguma região sem cobertura. O que aconteceu aqui, o que deu para ver é que as Entidades se
251 ofereceram para regiões que não estavam no edital. Foram contempladas e dizem que vai sair outro
252 edital. **Sra. Eunice Zimmermann:** E até para esclarecer a questão do Murialdo, ele não foi
253 desclassificado, ele retirou o projeto. **Sra. Sandra Mara Nunes:** Mais um problema na ata também.
254 **Sra. Presidente:** Então, vamos aguardar os esclarecimentos? Todos concordam? Então, a FASC
255 tem que esclarecer as regiões corretas e quais ficaram com essas instituições e as que terão que
256 abrir edital novamente. Ficou muito confuso, tem que ficar definido. **Sra. Rose C. Canabarro:**
257 Segundo o que a gente entendeu, a FASC tinha que avisar para as instituições do edital, aí a gente
258 ouviu: “O que aquele Conselho faz que nem isso avisa?” É assim que somos cobrados. **Sra. Sandra**
259 **Mara Nunes:** Mas o edital saiu no DOPA, não tem como estar encaminhando para a CORAS. Não
260 tem como ir para as CORAS, sai a publicação no DOPA. Então, vamos encaminhar assim. **Sr.**
261 **Manolo Cachafeiro:** Já que sai no DOPA o que pode é a Secretaria do Conselho estar repassando
262 para os Conselheiros, mas a FASC não, senão o edital pode até ficar prejudicado, que está fazendo
263 muito mais do que deveria. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Só para completar, em edital nós
264 precisamos inscrever o Conselho com mais de um Conselheiro, porque não é pura e simplesmente
265 mandar alguém representar, porque a Comissão de Edital sai no DOPA, sai uma portaria colocando
266 o nome das pessoas. Depois eu não vou e peço para a Sandra ir, porque qualquer um pode impugnar
267 o processo. Então, temos que indicar dois ou três para pelo menos ter alguém. **Sr. Manolo**
268 **Cachafeiro:** Dois ou três titulares, porque se ele não conseguiu fechar a agenda, imagina o suplente
269 que é avisado à noite para comparecer no outro dia. **Sra. Presidente:** É por isso que ficou sem
270 representação o Conselho, porque só era o Frei José quem estava indicado. Então, fica essa questão
271 no aguardo de ter esclarecimentos. **Sr. Manolo Cachafeiro:** Nós também podemos acertar,
272 Presidente, da Secretaria do Conselho estar avisando as CORAS, dar esse apoio. **Sra. Presidente:** A
273 gente já faz isso, quando tem edital de estar avisando as Entidades, principalmente as Entidades que
274 sempre ligam. A gente pode estabelecer isso, de avisar que está aberto o edital. Eu queria solicitar
275 para a gente ir para o Ponto 6 da pauta, porque os outros estão praticamente ligados. Então, é a
276 manutenção das inscrições. **6. Processos: manutenção de inscrição; inscrição nova e**
277 **cancelamento de inscrição.** **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Então, vamos lá. Entidades com
278 manutenção aprovada pela comissão: Instituto Popular de Arte e Educação, Sociedade Beneficente
279 Dom Pastor, Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, Afrosul Odomode, Associação
280 de Moradores do Beco do Adelar, Congregação Santa Dorotéia do Brasil. São essas as Entidades
281 que encaminharam a documentação para aprovação da manutenção. **Sra. Presidente:** Alguém tem
282 alguma questão para levantar? **Sra. Eunice Zimmermann:** Quais são as regiões? **Sra. Iara de**
283 **Fátima Bueno da Rosa:** Eu não coloquei. **Sra. Presidente:** Se há necessidade a gente pode ver.
284 **Sra. Eunice Zimmermann:** Não, mas seria interessante. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:**
285 Normalmente eu ponho, é que eu fiz a relação na corrida. **Sra. Denise Araci Leonhardt:** A Santa
286 Dorotéia não tinha pedido o cancelamento? **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Ela trouxe dentro
287 do prazo a documentação, aí considera manutenção. Nós demos que até uma determinada data se ela
288 não apresentasse seria cancelado, dentro do prazo ela trouxe. Então, foi aprovada a manutenção.
289 Todas essas Entidades estão dentro do prazo, até trouxeram antes. **Sra. Presidente:** Era até o dia
290 19-07 o prazo, elas trouxeram a documentação em 13-07. **Sra. Presidente:** Podemos encaminhar?
291 Alguém tem alguma questão ou quer pedir vista ao processo? Então, todos concordam com a
292 manutenção dessas Entidades lidas pela Iara? Alguém é contra? Alguém se abstém? Então, estão

293 aprovadas. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Nós temos uma inscrição nova, que é a
294 Associação Comunitária Jardim da FAPA. **Sra. Presidente:** É na rua Crista da Paz, é Mário
295 Quintana. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** A documentação está ok, o Estatuto está ok. **Sra.**
296 **Rose C. Canabarro:** Essa Entidade não é minha. **Sra. Presidente:** Não reconhece esta assinatura.
297 **Sra. Rose C. Canabarro:** Deixa eu ver, porque eu não sei. Ah, é que a gente conhece como Creche
298 da Tia Helena. Está ok. **Sra. Presidente:** Na comunidade é conhecida como Tia Helena, Helena é a
299 Presidente. Alguém tem alguma coisa contra? A Conselheira já se achou também. Então, todos
300 concordam com a inscrição dessa instituição? Alguém se abstém? Está aprovada. **Sra. Iara de**
301 **Fátima Bueno da Rosa:** E nós temos um cancelamento de inscrição, que é da Paróquia Nossa
302 Senhora de Belém. Nós temos uma série de pareceres que vem desde 2004. **Sra. Presidente:** Ela
303 recebeu os ARs, ela esteve aqui. Ela já estava suspensa pela Resolução nº 114/06 e foram feitos
304 diversos contatos, mas não foi regularizada a situação. **Sra. Irilde B. da Silva:** Ah, a gente
305 implorou, implorou, mas o padre não quis. **Sr. Manolo Cachafeiro:** Então, não é cancelamento,
306 Presidente, é só manutenção do cancelamento para evitar a troca de número. **Sra. Presidente:** Mas
307 eles não querem, é diferente. **Sr. Manolo Cachafeiro:** E se eles quiserem voltar? **Sra. Presidente:**
308 Aí é inscrição nova. **Sra. Irilde B. da Silva:** E eles também não participam da CORAS. **Sra.**
309 **Presidente:** Manolo, nada impede que volte, só que aí é inscrição nova. Se eles não querem é
310 diferente. Alguém tem alguma questão ou quer pedir vista ao processo? Vocês concordam com o
311 encaminhamento? O silêncio indica que sim? Alguém se abstém? Alguém é contra? Está aprovado
312 o cancelamento. Então, vamos ao Ponto 5 da pauta, Iara. **5. Reprogramação de saldos de**
313 **2005/FNAS.** **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Vocês lembram que nessa reprogramação de
314 saldo tinha R\$ 600.000,00 para serem reprogramados para as Entidades, só que isso tem a ver só
315 com rede especializada e proteção especial. Na operação Inverno nós retiramos R\$ 20.000,00 para
316 fechar o número de metas para o Abrigo Felipe Dihl. Então, sobraram R\$ 580.000,00. Qual foi o
317 critério que nós usamos? Veio uma listagem da CTAC com as Entidades que tinham esse tipo de
318 ação. Nós nos baseamos na listagem das Entidades que eram conveniadas em 2005, porque estamos
319 falando de reprogramação de 2005, não vamos pegar uma lista de 2007. Quais são os programas que
320 entram? Nós não vamos ler as Entidades. A partir da aprovação aqui nós vamos estar mandando
321 para os Conselheiros a relação das Entidades contempladas. São 100 Entidades dos seguintes
322 programas: Casa Lar, Ação Continuada, Abrigagem Crianças e Adolescentes, Abrigagem Adultos,
323 Jornada Ampliada, NASF, República, Casa de Convivência, Acolhimento Inicial e Integrado. Então,
324 todas as Entidades que executaram qualquer um desses programas em 2005 estarão contempladas
325 nesse pacote. Nós estamos também colocando uma posição sugerida pela FASC no sentido de que
326 se fizesse uma distribuição linear, até porque a gente teria que inventar um monte de critérios para
327 fazer valores diferenciados. Então, passar um valor igual para todos de R\$ 5.800,00. Eu queria
328 reforçar que a gente até pudesse indicar dentro dessa resolução a aplicação; por exemplo, Entidade
329 que não tem computador, que seja priorizada a compra de um equipamento a fim de qualificar o
330 próprio trabalho. Aí nós temos que definir. Vocês concordam com esse critério de divisão linear, ou
331 alguém tem alguma sugestão diferente? **Sra. Maria Bernadette M. de Medeiros:** Ação Continuada
332 não é Abrigagem? **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Ação Continuada Abrigagem. **Sra.**
333 **Sandra Mara Nunes:** Ação Continuada é um recurso do Governo Federal. É média complexidade,
334 é proteção social especial. Todas são proteção social especial, não é necessariamente abrigagem, é
335 de média e alta complexidade, por isso que tem NASF, Abrigo, Casa de Convivência, porque está
336 junto a média e a alta. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Tem Ação Continuada para PPD, para
337 idosos. **Sra. Miriam Dabdab D. Kolinger:** A linear vai ser da média com critério especial, ou
338 dividido por metas? **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Não. Nós temos 100 Entidades na lista,
339 Entidades que tinham convênios em 2005, porque é reprogramação de 2005. Nós temos R\$
340 580.000,00, dividimos por 100, linearmente deu R\$ 5.800,00 para cada um, simples. Talvez seja o
341 critério mais fácil de fazer. **Sra. Miriam Dabdab D. Kolinger:** De repente a quantidade de

342 atendimento, a quantidade de metas de uma para a outra seja muito diferente, aí o linear se torne
343 injusto. Ou o tipo de atendimento para PPD muito diferente talvez de um grupo de convivência.
344 Não sei. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Eu não estou fazendo defesa de nada, mas é um
345 dinheiro que as Entidades não contam. **Sra. Cristina P. Palavro:** E não dá para fazer um per capita
346 e dividir conforme as metas de cada instituição? **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** De novo, a
347 questão é a seguinte: nós temos um tempo para fazer isso, senão todos os recursos vão se perder.
348 Essa reprogramação está há horas aqui para nós discutirmos. Vocês pensem bem. Por exemplo, tem
349 uma Entidade que tem Ação Continuada e tem Abrigagem, ela tem duas coisas diferentes, duas
350 metas diferentes. Como faz? **Sra. Cristina P. Palavro:** Mas soma de todas as Entidades as metas,
351 divide por metas. É para não se tornar injusto, como a Miriam falou. **Sra. Presidente:** Mas tem
352 Entidade aqui que tem 8 ações. **Sr. Manolo Cachafeiro:** A Iara colocou ali, a proposta é esse valor
353 ser dividido entre 100 Entidades, o objetivo é equiparar todas as Entidades com o mesmo nível de
354 infra-estrutura para recebimento e encaminhamento das suas ações. Se for sugerida a compra de
355 equipamento, todo mundo vai poder comprar. Para uma Entidade pequena dois computadores dá
356 para botar um administrativo e um para de repente as crianças fazerem um telecentro. Para uma
357 Entidade grande dois computadores vão dar, mas, todos vão estar com um computador e com
358 impressora, todas elas vão ter o mesmo nível de observação de receber informações
359 eletronicamente, de acessar um site, navegar, sem depender de ninguém. Então, é uma possibilidade
360 de todo mundo se nivelar administrativamente. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** É bem isso.
361 **Sra. Maria Bernadette M. de Medeiros:** Eu acho que se poderia ter dois critérios, ter dois pisos,
362 um piso para abrigagem, digamos, 60%, ou 50% da verba, porque é diferente para quem abriga, e os
363 outros 40% divide para média complexidade. Eu acho que quem trabalha com abrigagem, com alta
364 complexidade, certamente vai precisar bem mais. **Sra. Milda S. Pinent:** E já está posto no que vai
365 ser aplicado? **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Isso se trata de uma verba pontual, ela sai
366 agora; por exemplo, não pode ser utilizado para ampliação de meta. É uma questão pontual, é para
367 qualificação do trabalho, ou uma reforma, daqui a pouco quer fazer um banheiro para PPD, sei lá. A
368 gente pode até sugerir. Por que nós sugerimos isso? Porque nós vimos aqui a apresentação do
369 CGEPS, porque não adianta isso estar sendo apresentado nas CORAS e chegar na hora de usar não
370 ter como usar. Claro, tem Entidade que tem, não vai precisar comprar. É a título de sugestão. Aí vai
371 para a supervisão da região saber que Entidade tal não tem computador, então, ela tem que aplicar
372 realmente nisso, porque com R\$ 5.800,00 dá para comprar um bom computador e uma impressora
373 para fazer. **Sr. Manolo Cachafeiro:** Isso se chama inclusão social. **Sra. Iara de Fátima Bueno da**
374 **Rosa:** Qual o encaminhamento que vamos dar? A proposta de linearidade ou a proposta da
375 Bernadete no sentido de fazer um percentual? **Sra. Miriam Dabdab D. Kolinger:** Dessa listagem
376 de 100 Entidades, todas têm inscrição? **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Claro. **Sra. Miriam**
377 **Dabdab D. Kolinger:** Existem? **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Todas existem. **Sr. Manolo**
378 **Cachafeiro:** E todas as regiões estão atendidas também? **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:**
379 Praticamente todas, a grande maioria. Então, são duas propostas: a proposta um é a questão linear,
380 com o indicativo da divisão linear, quer dizer, igual para todos, com a indicação de prioridade de
381 equipamento ou qualificação de espaço, reforma. **Sra. Eunice Zimmermann:** Não pode ser
382 material de consumo? **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Não dá, tem que ser um equipamento.
383 E a proposta da Bernadete é a questão da divisão pela complexidade do trabalho. **Sra. Lourdes**
384 **Maria Pretto:** Mas com o mesmo? **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** A aplicação pode ser.
385 **Sra. Eunice Zimmermann:** Não dá para dizer que as pessoas vão fazer reforma com R\$ 1.000,00.
386 **Sra. Presidente:** Então, esse recurso ou é para os equipamentos de informática, ou pintura, enfim,
387 manutenção. Igual tem que fazer um plano de aplicação de no que vai ser gasto. **Sra. Sandra Mara**
388 **Nunes:** E a prestação de contas. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Quem é favorável à primeira
389 proposta que levante a mão. Dezessete. Quem vota na segunda proposta? Cinco. Então, está
390 aprovada a distribuição linear com os encaminhamentos da aplicação. **Sra. Presidente:** Vencida a

391 questão, vamos para o Ponto 7 da pauta, Sandra. **7. Projeto de capacitação de Educadores de**
392 **SASE e Trabalho Educativo da Rede Própria e Conveniada da FASC (Ofício nº 526/07-**
393 **FASC).** **Sra. Sandra Mara Nunes:** É um ofício da FASC para conhecimento e deliberação deste
394 Conselho, encaminhando o projeto de capacitação de educadores de SASE, Trabalho Educativo da
395 Rede Própria e Conveniada da FASC. É um recurso do PI/2006, Demanda 8841844, totalizando R\$
396 70.000,00. A proposta de utilização desse recurso é de uma capacitação das equipes de infância e
397 juventude próprias e conveniadas. A proposta dessa capacitação tem por público alvo no projeto
398 480 educadores, que atuam no SASE e Trabalho Educativo, nos serviços próprios e conveniados. O
399 projeto será trabalhado em dois eixos, que são desenvolvidas duas ações: gestão para os
400 coordenadores em inferência dos Programas SASE e Trabalho Educativo, através de três seminários
401 durante o ano de 2008. Gestão e operacionalização, na operacionalização serão ação de capacitação
402 dirigidas aos educadores dos Programas SASE e Trabalho Educativo através de seis seminários com
403 periodicidade mensal, sendo o primeiro em 2007 e os seguintes a partir de março de 2008. Os
404 recursos humanos necessários será a contratação de serviço de terceiros, sendo um total de seis
405 palestrantes no eixo operacional, três palestrantes para o eixo gestão, mais coordenadoras de
406 oficinas. O total de recursos necessários é de R\$ 23.889,60, recursos humanos. Recursos físicos,
407 espaço físico, auditório e quatro salas para oficinas, são 27 dias de seminário que dá o valor unitário
408 de R\$ 1.000,00, com um valor total de R\$ 27.000,00. E R\$ 19.110,00 de material de consumo. Os
409 valores dos recursos humanos e físicos são referenciais, podendo ser modificados durante o
410 processo de atuação dos serviços, não ultrapassando o valor total do recurso. A origem do recurso
411 para a realização desse projeto provém do PI/2006, Demanda 851, de R\$ 40.000,00, e PI/2006, 844
412 de R\$ 30.000,00, totalizando R\$ 70.000,00. O cronograma está previsto para o primeiro em 27-11-
413 2007 e vai até 02-12-2008. Seminários com até 8 horas de duração. O tema será política de
414 assistência social, SUAS, vulnerabilidade, o papel do CMAS e do CMDCA, ações socioeducativas,
415 etc. No seminário de gestão será trabalhado a organização das ações socioeducativas, plano de
416 gestão, planejamento, eixos de atendimento e referenciais para o trabalho em equipe. As datas
417 poderão ser modificadas de acordo com a disponibilidade dos palestrantes e do local das
418 capacitações. Tem um parecer da Comissão de Políticas que sugere o encaminhamento à Plenária,
419 visto ser demanda da Temática de Assistência Social de 2006. Serão quatro grupos, o grupo um:
420 Centro, Ilhas/Humaitá/ Navegantes, Noroeste e Norte; três centros regionais e 34 Entidades
421 conveniadas. Grupo dois: Glória, Cruzeiro e Cristal; um centro regional e 37 Entidades
422 conveniadas. Grupo três: leste, Nordeste, Eixo Baltazar; dois centros regionais e 34 Entidades
423 conveniadas. Grupo quatro: Sul, Centro-Sul, Lomba, Partenon, Restinga e Extremo Sul; três centros
424 regionais e 39 Entidades conveniadas. **Sra. Eliane Gassen:** É direcionado aos educadores? **Sra.**
425 **Sandra Mara Nunes:** Aos educadores e coordenadores. **Sra. Eliane Gassen:** E por que não estão
426 inclusos os educadores do PAIF também? **Sra. Sandra Mara Nunes:** A proposta está para a
427 capacitação do SASE Trabalho Educativo. Eu acho que a demanda da Temática foi para SASE
428 Trabalho Educativo. **Sra. Eliane Gassen:** Eu perguntei porque hoje eles dão conta de atender,
429 fazem as regiões. Então, por que não capacitar todos os educadores? **Sr. Arnaldo Batista S. dos**
430 **Santos:** Eu acho que isso, na verdade, é uma demanda muito antiga das Entidades também, no
431 sentido da capacitação dos educadores, principalmente que mudam, entram educadores, seria uma
432 qualificação. E nós estamos em implantação de SASE, isso não difere de ter um outro educador lá,
433 mas isso sim é para qualificar tanto o diretor da instituição quanto o educador. **Sra. Sandra Mara**
434 **Nunes:** E existe o problema de ampliar para um e não ampliar para os demais, Eliane. Nós
435 contemplaríamos o PAIF e não contemplaríamos o NASF. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:**
436 Logo que veio o projeto era só para os coordenadores do Trabalho Educativo e SASE, aí a
437 Comissão de Políticas encaminhou que se incluíssem os educadores em função da rotatividade. Aí o
438 coordenador vai e se qualifica, ele sai e fica tudo na mesma. Então, a idéia era contemplar o maior
439 número de pessoas. **Sra. Presidente:** Vamos encaminhar assim? Vocês querem fazer a sugestão de

440 que se incluam os outros? Só temos que ter que isso altera totalmente a proposta. **Sra. Iara de**
441 **Fátima Bueno da Rosa:** Uma coisa precisamos deixar claro, nós não temos, infelizmente, como
442 modificar uma demanda do Orçamento Participativo. O que se pode pensar é em havendo algum
443 outro recurso pensar em um programa específico; aliás, houve essa posição da Brizabel lá naquele
444 seminário do City Hotel, da GRANPAL, houve o compromisso só programas família nas
445 capacitações. **Sra. Sandra Mara Nunes:** Com a implantação do SUAS, a centralidade na família,
446 vai precisar ser muito trabalhado. **Sra. Presidente:** Naquele sim vai ter que incluir, porque ali tem
447 temas que vão se discutir a família, inclusive, que é tema especificamente do PAIF. Então, ali tem
448 que estar contemplado, não se discute nada excluindo os parceiros. Então, podemos aprovar dessa
449 forma? Alguém discorda que a gente aprove o projeto? Alguém se abstém? Então, está aprovado. O
450 próximo ponto é o Projeto Abrigo para Mulheres. Arnaldo, faça a leitura, por favor. Só para parecer
451 da comissão. **8. Projeto do Abrigo para Mulheres em Situação de Risco Social e aquisição de**
452 **materiais para o Reordenamento da Rede de Abrigagem Própria de Crianças e Adolescentes.**
453 **Sr. Arnaldo Batista S. dos Santos:** É o Ofício nº 541/07. Porto Alegre, 11-10 de 2007: *Sra.*
454 *Presidente, ao cumprimentá-la cordialmente dirigimo-nos a Vossa Senhoria com o objetivo de*
455 *encaminhar para conhecimento e deliberação desse Conselho o Projeto do Abrigo para Mulheres*
456 *em Situação de Risco Social e aquisição de materiais para reordenamento da Rede de Abrigagem*
457 *Própria de Criança e Adolescente. Sem mais para o momento, aproveitamos para enviar cordiais*
458 *saudações. Brizabel Rocha. Parecer da Comissão de Políticas à Executiva: A Comissão de Políticas*
459 *aprova o Projeto proposto e sugere encaminhamento à Plenária, visto ser demanda decorrente de*
460 *competência da Conferência de Assistência Social da Criança e Adolescente e das Mulheres.* **Sra.**
461 **Presidente:** É uma demanda que saiu nas três conferências. A questão desse projeto já foi discutida,
462 aliás, quem participou das conferências lembra que isso foi muito levantado, tanto na conferência da
463 mulher, quanto na assistência, quanto da criança e adolescente. A necessidade de uma casa ou um
464 abrigo para mulheres com os seus filhos. **Sra. Diva:** Essa é uma demanda de 2000, que nós
465 enquanto rede apontávamos várias vezes e não conseguíamos a inclusão dela. Realmente, é uma
466 necessidade da rede porque da forma que está hoje não é um local adequado para elas. **Sra. Maria**
467 **Bernadette M. de Medeiros:** Eu não estava na reunião, mas é um abrigo da própria FASC, como
468 é? **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Este projeto, na realidade, está sendo encaminhado, ele
469 vai para Brasília porque existe uma emenda parlamentar do Alceu Collares, de 2005, que é
470 específica para o AMIB. Por que estão mandando esse projeto para lá? Porque com o
471 reordenamento dos abrigos o AMIB, todo mundo sabe vai precisar de funcionário. Então, foi
472 aproveitado esse fato para utilizar esse espaço para fazer o abrigo das mulheres, que não foge da
473 questão de atendimento também a crianças. Então, vai vir uma verba que vai ser para alguma
474 adequação, material permanente para implantação e material permanente para implantação de ARs
475 que estão no ordenamento de abrigos. O abrigo de mulheres é uma demanda do Orçamento
476 Participativo. Eu vou ler: *Recursos: adaptação predial e física do antigo INGA BRITA, emenda*
477 *parlamentar de Alceu Collares, 2005, R\$ 250.000,00. Custeio do material para o abrigo para*
478 *mulheres: emenda parlamentar de Alceu Collares, 2005, R\$ 106.030,00. Custeio do material para*
479 *casas do reordenamento da abrigagem de crianças e adolescentes: emenda parlamentar, R\$*
480 *143.970,00; fechando o total de R\$ 500.000,00. Custeio da manutenção do abrigo para mulheres,*
481 *captação de recursos.* É pontual, isso a FASC está apresentando o projeto para o MDS. **Sra. Maria**
482 **Bernadette M. de Medeiros:** É a Entidade que vai administrar isso? **Sra. Sandra Mara Nunes:** Já
483 existe uma demanda do Orçamento Participativo com o mandatário, que é a Associação
484 Beneficente Cultural Ilê Mulher. **Sra. Conselheira:** A reforma é terceirizada? **Sra. Sandra Mara**
485 **Nunes:** Não tem recursos humanos. Tem o concurso. **Sra. Conselheira:** Mas isso é uma coisa
486 provisória, esse convênio é provisório? **Sra. Sandra Mara Nunes:** É provisório, é um serviço
487 convênio. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Isto é a utilização da verba parlamentar. De
488 repente o projeto da Entidade em relação ao funcionamento tem que vir para cá para ser aprovado.

489 Referente à demanda do OP tem que vir para cá para ser aprovado, tem que ir para o CMDCA para
490 ser aprovado para a utilização desse recurso. **Sra. Presidente:** Na realidade, quem demandou a casa
491 no Orçamento Participativo foi a Associação Cultural. Agora, isso está bem claro, como todas as
492 demandas do Orçamento, na hora da execução tem que vir para a Plenária o projeto. **Sr. Sérgio L.**
493 **Cupini:** Este recurso já está disponível na FASC? **Sra. Sandra Mara Nunes:** Ainda não está
494 disponível. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Ele está reservado lá. **Sra. Presidente:** Temos
495 que dar a definição, porque temos que resolver até o final do ano. **Sra. Sandra Mara Nunes:** A
496 emenda do Alceu Collares é um recurso destinado para o Abrigo Municipal INGA BRITA, que está
497 fechando agora em novembro. Está sendo aguardado o projeto para o encaminhamento. O que está
498 sendo encaminhado é uma alteração dessa utilização da emenda. **Sra. Presidente:** Tem outro
499 detalhe, essa emenda parlamentar é para aquele espaço, não aceita retirar para outro espaço. Isso
500 está na emenda. Nós até chegamos a sugerir de realocar recurso, mas é para aquele espaço. **Sra.**
501 **Eunice Zimmermann:** Eu acho que a abertura de um espaço de atendimento a mulheres em
502 situação de vulnerabilidade já passou, é uma demanda antiga. A gente que está na comunidade sabe
503 quando precisa retirar alguma mulher dessa situação que é um caos, porque nem todo abrigo de
504 adulto aceita as crianças. Aí tu tens que fazer a separação da família. **Sra. Sandra Mara Nunes:**
505 Não se separa a família, aí se acolhe a mãe com a criança em um espaço que é para morador de rua.
506 O que está acontecendo é que elas estão sendo acolhidas em abrigos e na falta de vagas nos abrigos
507 Bom Jesus e Marlene, hoje elas têm também, devido à demanda, passado o dia com os filhos na
508 Casa de Convivência I e II e dormido no Albergue Felipe Dihl. **Sra. Lurdes Vargas de Souza:** Eu
509 não consegui entender a posição da Comissão de Políticas. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** A
510 Comissão de Políticas aprova o projeto proposto e sugere encaminhamento à Plenária, visto ser
511 demanda decorrente de conferência de assistência social, criança e adolescente e mulheres. **Sra.**
512 **Presidente:** Podemos encaminhar? Como encaminhamos essa questão? Alguém é contra, vocês
513 querem discutir mais, podemos encaminhar dessa forma? **Sra. Miriam Dabdab D. Kolinger:** Eu
514 acho que é encaminhar, senão se perde a verba. **Sra. Sandra Mara Nunes:** Na verdade, isso é
515 analisado, é uma proposta. **Sra. Presidente:** Está se fazendo uma contraproposta, por isso que eu
516 estou dizendo que existe uma emenda parlamentar específica para aquele espaço e está se propondo
517 para garantir o recurso uma nova ação ali. Então, isso ainda tem toda uma tramitação, não se sabe
518 também se vai ser isso. Então, fica condicionada à aprovação do projeto depois, a demanda do
519 Orçamento Participativo tem que vir com o projeto para ser definido aqui. Podemos encaminhar
520 dessa forma? Ok. Alguém é contra? Alguém se abstém? Então, está aprovado este encaminhamento.
521 Nós temos três questões que vieram na Comissão de Políticas, que também é em relação à
522 reprogramação. São três projetos para a utilização da reprogramação de saldos, também de 2005,
523 que são aqueles R\$ 600.000,00 que existia, dos quais a gente aprovou aqui que repassaria R\$
524 81.000,00 para o CPCA, para a contratação do RH, os educadores que eles não tinham. Então, agora
525 tem R\$ 519.000,00. A FASC encaminhou três projetos para readequação, que a gente não discutiu,
526 é isso que eu quero colocar para a Plenária, que um é o Projeto Casa de Convivência Atendimento
527 Social de Rua e o outro é a implementação de quatro CREAS. Isso veio quarta-feira, não dava
528 tempo de discutir. Como são projetos que dependem de licitação se tem até o dia 31-10 para se
529 encaminhar as licitações. Nós fizemos uma análise prévia na Comissão de Políticas, junto com a
530 nossa assessoria técnica e levantamos uma série de questões. Nós precisamos também dar um
531 encaminhamento, nós até temos uma proposta, mas vou passar as questões que a gente levantou
532 para depois poder fazer um encaminhamento. Um é em relação, que é o Ofício nº 596, que é a
533 implementação e adequação do Serviço de Proteção Social de Média Complexidade da FASC, onde
534 pedem uma série de equipamentos, que é a proposta de instalação de redes nos módulos de proteção
535 da FASC. Então, este a gente não chegou nem a dar parecer preliminar, e a gente chamou isso de
536 “parecer preliminar” porque nós precisamos, então, ver qual encaminhamento dar. A Iara vai ler do
537 atendimento social de rua, que é o projeto da Casa de Convivência. **Sra. Iara de Fátima Bueno da**

538 **Rosa:** É da João Alfredo. Veio um projeto para cá, que são R\$ 200.000,00 para a transferência da
539 Casa de Convivência da João Alfredo para a Casa de Passagem na Padre Cacique, com reformas.

540 **Sra. Presidente:** Isso que a Iara vai ler eu já fiz um ofício solicitando essas questões para vir para a
541 comissão. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** *Análise preliminar do Projeto Casa de*
542 *Convivência e Atendimento Social de Rua. A Executiva do Conselho, juntamente com a assessoria*
543 *técnica analisaram preliminarmente o projeto, apresentando as seguintes ponderações: 1) O*
544 *projeto não apresenta um cronograma de execução detalhando as diferentes etapas; 2) A proposta*
545 *de reforma com tempo ao projeto técnico e final; 3) Qual o número de metas que passam a ser*
546 *atendidas? 4) Há previsão de atendimento aos finais de semana? 5) O novo local é demasiado*
547 *afastado do Centro. Houve alguma consulta aos usuários e funcionários a esse respeito? Há*
548 *previsão de transporte, alimentação dos usuários com problemas de saúde e/ou famílias com*
549 *crianças? Quanto à reforma do prédio, a proposta contempla a acessibilidade para usuários e*
550 *funcionários em todos os espaços? Há portas e banheiros adaptados para a circulação e etc.? Os*
551 *modelos de janelas adotados fixos e quadriculados permitem ventilação e iluminação adequadas?*
552 *A previsão de apenas uma sala de atividades atende a demanda de usuários? Há previsão de*
553 *refeitório para os usuários, ou apenas para funcionários? Não é possível visualizar nas plantas o*
554 *local para lavagem e secagem de roupas dos usuários. Essas são as coisas que a gente viu no*
555 *projeto, que tinha dúvida e se está encaminhando ofício para que a FASC esclareça. Sra.*
556 **Presidente:** Veio o projeto e nós não conseguimos identificar algumas coisas claramente. **Sr.**
557 **Manolo Cachafeiro:** Na questão onde pergunta se o usuário foi consultado, eu acho que tinha que
558 se perguntar qual o critério utilizado para a identificação desse local. **Sra. Sandra Mara Nunes:** É
559 um espaço próprio. **Sr. Manolo Cachafeiro:** Eu acho que tem que ter qual o critério, se é próprio
560 ou não, se é alugado ou não. Quer dizer, nós teremos mais uma resposta. **Sra. Diva:** Eu acho que
561 essa pergunta foi feita e que população vai ser atendida, que é a população de rua. E a gente tem
562 uma circulação da população de rua, mas é aqui no Centro, na Padre Cacique é distante. **Sr. Manolo**
563 **Cachafeiro:** Então, tem mais uma pergunta: como foi pensado na mobilidade do público alvo. **Sra.**
564 **Presidente:** Como tem uma questão de prazo para a licitação nós olhamos o projeto, por isso é uma
565 avaliação preliminar, não deu tempo de se fazer uma discussão aprofundada. Na pré-conferência dos
566 moradores de rua eles trouxeram essa questão muito forte, sobre essa questão da distância. Quer
567 dizer, existe já uma mobilização deles em relação a isso. Nós precisamos ver como foi pensado isso,
568 porque eles têm trazido essa questão. Também levantaram a questão de conceito mesmo, de se
569 sentirem sempre rejeitados e jogados cada vez para mais longe. Então, é isso. **Sra. Maria**
570 **Bernadette M. de Medeiros:** Em relação a esse não tem o que deliberar. **Sra. Sandra Mara**
571 **Nunes:** Está em discussão ainda. **Sra. Presidente:** O Outro é dos CREAS. Iara, vai ler? **Sra. Iara**
572 **de Fátima Bueno da Rosa:** Sim. *Análise preliminar do Projeto Implantação e Readequação dos*
573 *Serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade – CREAS. O projeto apresentado*
574 *não dá uma idéia geral da proposta de implantação em Porto Alegre, faz uma mistura entre*
575 *Projeto de Implantação de parte do sistema e projeto de obras e adequações, não apresenta um*
576 *cronograma de implantações de obras. A composição da equipe de RH corresponde ao guia de*
577 *orientação do CREAS MDS. Não se identifica no projeto apresentado a proposta técnica de*
578 *trabalho, ou seja, quais os serviços comporão os quatro CREAS, os espaços físicos propostos, pois*
579 *a dinâmica de trabalho irá determinar a necessidade de espaço físico, que impediu de que fossem*
580 *avaliadas as plantas apresentadas. O projeto não apresenta elementos para o planejamento da*
581 *implementação e do funcionamento dos serviços adotados pelo guia do CREAS/MDS, tais como:*
582 *identificação da retaguarda de serviço de proteção especial de alta complexidade e da proteção*
583 *básica de mapeamento da rede de serviços. Articulações e vínculos interinstitucionais, incluindo o*
584 *sistema de garantia de cliente. Capacitação dos profissionais, definição de fluxos, competências e*
585 *procedimentos, além da incorporação em forma de gestão participativa com o envolvimento de*
586 *gestores, profissionais, usuários e parceiros. Percebe-se que os critérios adotados para a*

587 *priorização das regiões escolhidas para a implantação dos CREAS não foram somente os*
588 *apontados no projeto, pois analisando os indicadores apontados, índices de condições de vida, CV,*
589 *índice de vulnerabilidade social, VS, no mapa da exclusão de Porto Alegre, as regiões que*
590 *deveriam ser priorizadas seriam: nordeste, Lomba do Pinheiro, Restinga, Cruzeiro e Extremo Sul.*
591 *Achamos que outras questões que contribuíram para a priorização apresentada foram a origem de*
592 *recursos já assegurados, compromissos anteriormente assumidos e inexistência de equipamento*
593 *adequado na região. Por exemplo, construção Criacentro, recurso do MDS. Quanto à priorização*
594 *da região leste, supomos que os critérios informadores foram a existência de serviços de média*
595 *complexidade na região, Programa Sentinela, o número de crianças e adolescentes em situação de*
596 *rua. Recursos financeiros: os valores apresentados no projeto têm uma diferença de R\$ 10,00 no*
597 *valor total de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social. Não há previsão dos recursos*
598 *necessários para custeio, sendo os valores apresentados apenas para implantação e adequação dos*
599 *espaços físicos. Frise-se que o valor total da implantação é de quase um milhão de reais, sendo,*
600 *portanto, pertinente uma avaliação criteriosa do projeto. Será o custo de implantação de quatro*
601 *CREAS, um no Centro, um na Lomba, um na Glória e outro na Leste. Eu vou dar o custo total*
602 *apenas: Centro, obras R\$ 520.607,00, equipamento e material pedagógico R\$ 75.987,00,*
603 *perfazendo um total de R\$ 596.594,00; sendo que R\$ 265.082,56 vem do Fundo Nacional de*
604 *Assistência Social, e R\$ 331.512,00 do BNDES. Na Leste o custo das obras é R\$ 6.271,00 e*
605 *material de consumo R\$ 42.800,50, sendo que vem os R\$ 49.071,50 do Fundo Nacional de*
606 *Assistência Social, a reprogramação. Na Lomba, Fundo Nacional, R\$ 2.500,00, que seria o total de*
607 *obras, equipamento e material de consumo R\$ 48.788,00, sendo R\$ 51.288,25 do Fundo Nacional*
608 *de Assistência Social. Na Glória, total de obras R\$ 224.737,25, equipamentos e material de*
609 *consumo R\$ 60.871,00, sendo R\$ 23.838,50 do Fundo Nacional de Assistência Social e R\$*
610 *48.770,00 o BNDES, totalizando R\$ 85.608,50. Resumo: em obras R\$ 154.115,81 e equipamento e*
611 *material de consumo R\$ 228.447,00, sendo que R\$ 602.280,81 vem do Fundo Nacional e R\$*
612 *380.282,00 do BNDES, totalizando R\$ 982.562,81. **Sra. Maria Bernadette M. de Medeiros:***
613 *Recursos humanos? **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Não tem custeio. **Sra. Presidente:** Por*
614 *que eu trouxe? Nós precisamos fazer uma definição, esses recursos do BNDES têm prazo e é até o*
615 *final do mês. Na realidade, nós temos duas propostas, não sei se é possível, ou a gente faz uma*
616 *reunião extraordinária semana que vem, não sei se vai ser possível analisar dois projetos esta*
617 *semana na Comissão de Políticas; ou a gente poderia pensar da seguinte questão: da gente não*
618 *bloquear o recurso, mas eu acho que não tem como a gente discutir sem ter projeto. Agora, eu tenho*
619 *a seguinte questão: como a gente pode encaminhar a questão do recurso. Aí a minha pergunta é se*
620 *no processo de licitação é possível, por exemplo, dizer que a licitação pode acontecer condicionada,*
621 *começando o projeto técnico, ou não? **Sra. Miriam Dabdab D. Kolinger:** E por que veio tão em*
622 *cima? **Sra. Presidente:** Porque sempre é assim. **Sra. Miriam Dabdab D. Kolinger:** Em algum*
623 *momento a gente tem que questionar isso. Por que chega tão em cima da Comissão de Políticas nem*
624 *poder discutir, aí vem para uma Plenária que não conhece o projeto e se responsabilizar pela*
625 *aprovação ou não. É um peso nesse sentido muito grande. Como que a Plenária aprova ou não? O*
626 *peso é igual sem conhecer, sem ter tempo para discutir, sem nem poder votar junto com a*
627 *Executiva. Aí vamos votar a favor porque a Executiva e a Comissão de Políticas já analisou, mesmo*
628 *que eu não conheça estou confiando nas pessoas que fazem parte da comissão, mas nem para isso*
629 *houve tempo. Então, eu me sinto muito desconfortável nessa situação. Ou existe um tempo em que*
630 *se pára tudo e se analisa porque chega nesse momento, quanto tempo teve para encaminhar, talvez*
631 *não tenha tido tempo também, não sei, mas em algum momento isso tem que ser uma fala muito*
632 *aberta do que está acontecendo. Tem que ter no mínimo uma extraordinária e um esforço durante a*
633 *semana de todos os Conselheiros tomarem conhecimento dos projetos para virem com*
634 *conhecimento de causa. **Sra. Maria Bernadette M. de Medeiros:** Até quando tem que ser*
635 *aprovado? **Sra. Miriam Dabdab D. Kolinger:** Até o dia 31! **Sra. Maria Bernadette M. de***

636 **Medeiros:** Incomoda muito ter que devolver dinheiro. Eu acho que a gente não pode se dar a esse
637 luxo. Por outro lado, não se implanta quatro serviços importantes como esse só com o dinheiro da
638 implantação, tem recursos humanos? Como vai se operar isso aí? A gente sabe que tem um tempo
639 aí. **Sra. Milda S. Pinent:** Um projeto dessa envergadura ser votado no oitavo ponto de pauta não
640 dá, até porque não temos mais quorum. Então, que se faça essa extraordinária, mas que não venha
641 em uma reunião ordinária da vida depois, porque sempre a gente está correndo atrás. Eu me sinto
642 mais à vontade de votar depois de um parecer da Comissão. **Sra. Miriam Dabdab D. Kolinger:**
643 Com certeza. **Sra. Cláudia Ilha:** Isso de vir de última hora, foi feito uma combinação, mas como
644 todo mundo a gente depende dos orçamentos e projetos arquitetônicos da SMOV. E a SMOV teve
645 que contratar uma empresa para dar conta de estar convencendo todos esses projetos. Então, um
646 pouco foi em função disso também. **Sra. Miriam Dabdab D. Kolinger:** Só como sugestão, mas foi
647 como eu disse, que talvez não tivesse tido tempo, mas talvez a gente estar estudando o projeto
648 independente do projeto arquitetônico, mas o projeto na essência, depois ser incluída essa outra
649 parte. Os Conselheiros precisam de mais tempo de amadurecimento, de poder entender um pouco
650 melhor. E para mim não dá em 15 minutos, no final de reunião, e mais grave ainda é a Comissão de
651 Políticas não ter tido esse tempo, para mim é uma situação grave. **Sra. Heloísa Helena L. Vinôlo:**
652 Muitas coisas são complicadas, só que na Glória projeto arquitetônico já foi apresentado no final de
653 2005 para ser aprovado para a aplicação de recurso do BNDES, apresentaram no final de 2006,
654 agora chega de galope aqui. Isso é uma demanda do OP. Então, sem analisar não dá, concordo que
655 tem que ter extraordinária. **Sra. Lurdes Vargas de Souza:** Então, essas coisas não são tão recentes
656 para chegar neste momento. **Sra. Presidente:** Eu acho que são duas coisas: uma é a questão do
657 prazo, que nós temos cobrado, já fizemos até um documento em relação a isso, tem que vir no
658 mínimo com 15 dias de antecedência. A gente entende também determinadas questões, como esses
659 projetos arquitetônicos que são recentes, porque a FASC teve que reapresentar e tentou, pelo menos
660 eu entendi isso quando conversei com a Brizabel, eles tiveram que readequar os projetos, já para
661 adequar ao SUAS e reapresentar para o BNDES. Então, a gente sabe que teve problemas no
662 caminho, como é um pacote a gente sabe que tem isso, mas não justifica ter vindo no último
663 momento, mas eu acho que nós precisamos agora definir isso. Isso também me incomoda, só que
664 também incomoda o fato de se devolver dinheiro. Então, eu acho que não podemos devolver
665 dinheiro. Eu não estou dizendo que nenhuma das duas seja a mais adequada, mas nós precisamos
666 resolver. Bernadette, tu achas que a gente consegue discutir na quarta-feira? **Sra. Maria Bernadette**
667 **M. de Medeiros:** Eu acho que projetos arquitetônicos não devem impedir o encaminhamento do
668 projeto, porque o que nós queremos aprovar é a ação. **Sra. Presidente:** Mas o projeto arquitetônico
669 para nós trouxe uma série de questionamentos, que vai desde a questão da ventilação. É uma
670 questão que não nos compete, mas no projeto aparece uma série de salas para os usuários que a
671 gente não viu. **Sr. Manolo Cachafeiro:** Fora essas questões pontuais, quando sai um edital,
672 qualquer coisa de um órgão público, BNDES, CNPQ, FINEP, essas coisas de edital são negociadas
673 em eventos. Então, tem pessoas que acompanham isso. As outras pessoas que querem se integrar em
674 qualquer projeto tem que sair correndo. Então, os prazos são sempre de 30 ou 60 dias, dificilmente
675 alguns editais tem prazo muito longo, justamente para fechar, para quem já se articulou primeiro.
676 Como nós não temos a possibilidade de estar sempre viajando para São Paulo, Brasília, nós
677 pegamos na rabeira. Claro, este foi um caso, mas pode ser com outras Secretarias e aí temos uma
678 outra Secretaria, que não é a FASC, que é a Coordenação Política, que tem que fazer essas coisas,
679 porque os processos têm um prazo de seis dias no máximo em cada mesa. Então, é a SMOV, o
680 GPO, a gente manda daqui, até chegar, até o cara pegar, é monte de mesa, é um fluxo que tem que
681 ser revisto. **Sra. Miriam Dabdab D. Kolinger:** Como proposta eu coloco que a Executiva e a
682 Comissão de Políticas façam um esforço para olhar isso, que tenha a reunião extraordinária, então,
683 que aconteça com ou sem quorum. **Sra. Sandra Mara Nunes:** Isso não pode. **Sra. Miriam**
684 **Dabdab D. Kolinger:** e se não tiver *quorum*? O prazo é dia 31. **Sra. Iara de Fátima Bueno da**

685 **Rosa:** Sem *quorum* não dá para votar recurso e é recurso alto. **Sr. Manolo Cachafeiro:** Então, que
686 seja com um *quorum* inicial, digamos, das 18 às 18h30min, por exemplo. Aí vamos articular com os
687 Colegas, fazer uma chamada. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Eu quero dividir um pouco da
688 responsabilidade. Tu falaste bem, que a reunião comece às 18 horas e termine às 18h30min, mas se
689 só quatro ou cinco discutirem o projeto não vai terminar às 18h30min, porque as dúvidas que vocês
690 têm agora vão ser as mesmas. Com a diferença que nós enquanto Executiva e Comissão de Políticas
691 vamos mastigar para vocês poderem digerir. Então, é importante a participação de mais gente na
692 Comissão de Políticas, porque aí a gente fica mais seguro enquanto Plenária mesmo, para contra-
693 argumentar. Vocês colocam uma responsabilidade em cima da Executiva e da Comissão de Políticas
694 que é uma responsabilidade de todos nós, porque quando isso for aprovado não é a Executiva e nem
695 a Comissão de Políticas, é a Plenária. Nós temos que dividir um pouco mais essa responsabilidade.
696 **Sra. Presidente:** É por isso que nós estamos trazendo, porque nós olhamos, passamos quarta a tarde
697 inteira, mais o resto da semana, enfim. Outra alternativa é a gente permitir que o processo de edital
698 possa começar condicionado à apreciação do projeto, porque ele vai demorar mais de 30 dias. **Sra.**
699 **Eunice Zimmermann:** Eu acho que a gente já deveria definir isto, porque não vai ter *quorum* na
700 semana que vem. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Não vai mudar, nós temos agora *quorum*
701 registrado. **Sra. Presidente:** Então, a gente encaminha dizendo que concordamos com a abertura do
702 processo de licitação, condicionado à aprovação dos projetos, 'que aí dá tempo da gente discutir
703 com tranqüilidade. **Sra. Sandra Mara Nunes:** Para abrir a licitação tem que ter o ok do recurso.
704 **Sra. Maria Bernadette M. de Medeiros:** Então, a gente vai dizer para o MDS que a gente
705 concorda com a abertura de licitação para receber esses recursos, depois do MDS aprovar, que eu
706 acho que não é de uma hora para outra. **Sra. Sandra Mara Nunes:** Não é MDS, é utilização de
707 recurso da reprogramação. **Sra. Presidente:** O recurso que nós aprovamos em 2004 recém está
708 sendo repassado. Então, nós precisamos garantir que esse recurso seja utilizado para ser
709 reprogramado. **Sra. Denise Araci Leonhardt:** Esse recurso já está no financeiro? **Sra. Presidente:**
710 Não. **Sra. Maria Bernadette M. de Medeiros:** Então, temos que dizer para o MDS que
711 concordamos com o repasse. **Sra. Sandra Mara Nunes:** Com o projeto de repasse do recurso. **Sra.**
712 **Maria Bernadette M. de Medeiros:** Então, pode ser bem amplo e sujeito. **Sra. Presidente:** Sim,
713 sujeito a modificações. É isso que a gente está dizendo. Se nós vamos ter quatro CREAS ou não,
714 isso é uma discussão que nós ainda vamos ter, se vai ser nessas regiões ou não, a gente anda vai
715 discutir. Agora, nós queremos garantir os recursos. Nós só não podemos modificar recursos do
716 BNDES do Módulo Centro, que a FASC está adequando com o CREAS, o módulo vai ter de ser
717 construído no Centro, mas que nós vamos poder discutir com profundidade. **Sra. Miriam Dabdab**
718 **D. Kolinger:** Então, dá para aprovar isso agora. **Sra. Presidente:** Então, fica condicionada ao
719 projeto técnico. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Nós temos que levar uma coisa em
720 consideração, que é clara, o recurso é só para construção e para custeio, quer dizer, é só para
721 construção e material de consumo. Não tem RH, não tem nada. **Sra. Presidente:** Ele é pontual.
722 Então, vocês concordam que a gente encaminhe dessa forma? Alguém é contra? Aprovado. Então,
723 vamos dizer que vamos utilizar os recursos, fica condicionada à aprovação dos projetos técnicos.
724 Obrigada, pessoal. (*Encerra-se a reunião às 20h56min*).